

ASCENSÃO FEMININA E A QUEDA DE ADÃO E EVA: UM ESTUDO A PARTIR DAS TEORIAS DE GÊNERO

Ana Letícia Romero Prado⁵⁰

Lívia Gonsalves Toledo⁵¹

Mariana Silva de Oliveira⁵²

Rady Lucas de Souza Mendes⁵³

RESUMO: O Mito da Criação é uma narrativa da literatura cristã que explica a origem da vida, onde o mundo teria sido criado por Deus, o qual criou o primeiro homem, Adão, e a primeira mulher, Eva. As diferentes apresentações do Mito permitem observar através de frestas temporais dispostas nos textos bíblicos que Eva não teria sido a primeira mulher. Antes dela teria havido Lilith que, através do tempo, foi estigmatizada por não ter se submetido ao masculino, na figura de Adão e de Deus. O Mito da Criação se torna elemento de partida do estudo, de revisão crítica de literatura, que visa apresentar a forma como essa narrativa pode produzir e reproduzir valores sexistas e heterossexistas. Foi possível compreender o papel do discurso nessa dinâmica, por possuir um poder produtivo no âmbito social. Os estudos mostraram que o sexismo não é natural e orgânico, uma vez que a concepção de feminino e masculino é fruto de um longo percurso de construção social. Os discursos, sendo compreendidos como aqueles que mediam as relações de poder, e constitutivos do campo subjetivo, sustentam e reproduzem os pensamentos e afetos. Com base nisso, enquanto um discurso que expressa o surgimento da vida, e fundamentado pelas instituições religiosas, que são detentoras de grande influência no imaginário social, foi possível compreender o papel do Mito da Criação na reprodução e legitimação de estereótipos de gênero e a estigmatização de todas as outras formas de sexualidade que não são representadas na narrativa.

Palavras-chave: Gênero; Heterossexismo; Mito de Adão e Eva; Lilith; Discurso.

ABSTRACT: The Creation Myth is a narrative from Christian literature that explains the origin of life, in which the world would have been created by God, who created the first man, Adam, and the first woman, Eve. The different exhibitions of the Myth allow us to observe through temporal cracks in time arranged on the biblical texts that Eve would not have been the first woman. Before her, there would have been Lilith who, through time, was stigmatized for not having submitted to the masculine, it means Adam and God. The Creation Myth becomes main point to this research, of critical literature review, which aims to present how this narrative could create e propagate sexist and heterosexist values. It was possible to comprehend the role of discourse in this dynamic, as it has a productive power on the social scope. The researches came to the conclusion that sexism is not natural or organic, considering that the feminine and masculine conception is the result of a long process of social construction. Those discourses, being comprehended

50 Graduação em Psicologia (Bacharelado e Licenciatura) pela Univap – Universidade do Vale do Paraíba. Psicóloga Clínica. E-mail para contato: psico.analeticiaprado@gmail.com

51 Graduação em Psicologia (Bacharelado e Licenciatura), Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Unesp – Universidade Estadual Paulista. Docente do Curso de Psicologia da Univap – Universidade do Vale do Paraíba. Pró-Reitoria de Graduação da Univap – Universidade do Vale do Paraíba. E-mail para contato: liviaagtoledo@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8307-4627>

52 Graduação em Psicologia (Bacharelado) pela Univap – Universidade do Vale do Paraíba. Psicóloga clínica. E-mail para contato: psicomarisilva@gmail.com

53 Graduação em Psicologia (Bacharelado) pela Univap – Universidade do Vale do Paraíba. Psicólogo clínico. E-mail para contato: radymendes@gmail.com

as the ones capable to mediate relations of power, constituent of the subjective, can influence, sustain and reproduce the thoughts and affects. On that basis, as a discourse to express the appearance of life based on religious institutions, which have great influence through the social consciousness, it was possible to comprehend the role of the Myth of Creation in the recreation and legitimation of the gender stereotypes and all the stigma above other sexualities not represented over the narrative.

Keywords: Gender; Heterosexism; The Myth of Adam and Eve; Lilith. Speech.

INTRODUÇÃO

O Mito da Criação é uma narrativa presente nas literaturas advindas de doutrinas religiosas que têm como objetivo explicar a origem da vida. O presente estudo apresenta uma discussão a respeito do Mito da Criação a partir do discurso católico hegemônico do cristianismo. Segundo a visão católica, visão essa fundamentada no texto do livro Bíblico, o mundo, como também tudo que o compõe, teria sido criado por uma força divina, Deus. Nos primeiros capítulos de Gênesis, é apresentada a maneira como esse Criador, único e soberano, a partir de sua vontade, criou em sete dias, o Céu, a Terra e todos os seres vivos. Separou a luz das trevas, fez o dia e a noite e também, apenas com sua vontade, animais, plantas, ervas com sementes, árvores frutíferas e toda manifestação de vida no mundo (BÍBLIA, 1980, Gn, 1:19).

Moldando o barro, criou, à sua imagem e semelhança, o primeiro homem, chamando-o de Adão que reinaria sobre todos os seres da Terra. Posteriormente, a partir da costela deste homem, criou a primeira mulher, Eva. Abençoando-os disse: “Frutificai e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a”. O casal, então, tinha a função de reproduzir a vida e cultivar o solo do Jardim do Éden (BÍBLIA, 1980, Gn, 1:26).

De acordo com o Mito, Adão e Eva poderiam consumir os frutos de todas as árvores do Jardim, exceto o fruto proibido da árvore da ciência do bem e do mal (BÍBLIA, 1980, Gn, 2:17). Em determinado momento, um quarto personagem foi apresentado, um animal peçonhento, o mais astuto de todos os animais que o Criador havia formado. A serpente entra em cena convencendo a mulher de que o fruto proibido tinha o potencial de trazer sabedoria. Seduzida pelo discurso do animal, Eva morde o fruto e o entrega à Adão, que também se alimenta dele. Ao perceber o ocorrido, Deus expulsa o casal do Jardim do Éden (BÍBLIA, 1980, Gn, 3:23).

Contudo, Eva não teria sido a única mulher presente no mito. Diferente do que o texto bíblico mostra, de acordo com Biggs (2010 p. 6), existem relatos judaicos mencionando que, ao criar Adão, Deus criou juntamente a ele uma figura humana fêmea, Lilith, sendo essa a primeira mulher. Assim, o mito permite realizar uma análise a partir de questões de poder e gênero, sobretudo, permite questionamentos sobre o porquê da retirada desta personagem dos textos bíblicos e levantar hipóteses sobre este ocultamento.

A partir das teorias de gênero, Lemos (2013) afirma que a construção do gênero feminino, em especial, deriva de um processo histórico, atravessado por discursos, tradições de pensamentos, baseada na cultura judaico-cristã no Ocidente. Assim, este trabalho se compromete em avaliar como o Mito da Criação, favorece a produção

e reprodução de valores sexistas e heterossexistas, partindo de alguns dos inúmeros ditos (e não ditos) constituintes do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988).

A metodologia adotada na pesquisa baseou-se na revisão crítica de literatura com referência em artigos e dissertações disponíveis na base de dados *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*). Utilizou-se, também, uma análise documental: a Bíblia judaico-cristã, que possibilitou uma riqueza de informações, ampliando o entendimento do Mito da Criação, através da contextualização histórica (CELLARD, 2008). No sentido de se realizar uma revisão crítica de literatura sobre o Mito da Criação, tal como Foucault (1996) apresenta, será assumido o papel de “comentador”, aquele que procura coisas que estão ocultas nas narrativas e nos discursos, as meias verdades (não ditas claramente) e as expõe, e se encarrega de ampliar e expandir o discurso trazendo o foco em coisas que antes não estavam em evidência (FOUCAULT, 1996).

Como amparo teórico, vale citar, além de Foucault (1988, 1996, 2016), Lane (1981), que contribui com discussões sobre as relações sociais de dominação e instituição dos papéis sociais, e referenciar autoras clássicas como Beauvoir (1960) e Scott (1995) que contribuem com uma reflexão crítica e essencial para o estudo, tomando gênero como categoria de análise. De acordo com Scott (1995), a categorização de gênero é constituída socialmente, abrindo possibilidades de pensar acerca das relações de poder presentes no âmbito social. O gênero é atravessado pelo patriarcado que cria – ao lado da religião e os mitos – estruturas simbólicas que encaminham ao sexismo e ao heterossexismo.

No que se refere ao sexismo, Beauvoir (1960) o apresenta enquanto um discurso pejorativo impondo à fêmea que assuma, desde a biologia de insetos até as relações entre os sujeitos, o papel daquela que é inimiga do macho, nociva e desprezível. É nessa dinâmica que fatores biológicos, ontológicos e culturais são a chave para a consolidação da dominação masculina do homem sobre a mulher. O sexismo é, então, um elemento cultural, marcador de diferenças entre os gêneros, subentendendo ao gênero masculino uma superioridade sobre o feminino. Desse modo, o patriarcado se estabelece na criação de códigos, leis e livros sagrados principalmente escritos por homens e nos quais a inferioridade da mulher é registrada e defendida (BEAUVOIR, 1960).

No que diz respeito ao heterossexismo, também fundamentado na produção e binarismo de gênero, Miskolci (2009) contribui trazendo os argumentos de que existe uma presunção cultural que determina que a heterossexualidade, quase sempre compulsória, é superior às demais formas de vivenciar a sexualidade. Essa imposição exclui e desvaloriza práticas adotadas para além desse modelo, tratando-se nada mais que um dispositivo de poder. A noção de dispositivo, apresentada por Foucault (1988), legitima, materializa, institui e determina o que “deve” ou não ser feito, dito, representado, expressado na dimensão da sexualidade.

AS NARRATIVAS OCULTAS DO MITO DA CRIAÇÃO

Segundo a Bíblia judaico cristã, antes de qualquer coisa existir havia o silêncio e Deus, uma força divina, criou tudo que existe através de suas palavras (BÍBLIA, 1980, Gn 1:3),

onde falou e tudo se formou. Sem a palavra de Deus, nada poderia existir, nada surgiria (João 1:3) tudo então seria silêncio. Então, o Criador, junto com sua mais importante obra, o homem, passou a dar nomes a todas as coisas existentes, tendo todos os animais dos campos e todas as aves do céu sido nomeadas por Adão (BÍBLIA, 1980, Gn, 2:19). O senhor Deus então diz: “Não é bom que o homem esteja só. Vou dar-lhe uma auxiliar que lhe seja adequada” (BÍBLIA, Gn, 2:18).

O Senhor Deus, ao colocar o homem em um sono profundo, retirou uma de suas costelas e, a partir do que havia retirado, fez uma mulher e a levou para junto daquele que seria seu marido (BÍBLIA, 1980, Gn, 2:21). Empolgado com o ocorrido, o homem expressa: “Eis agora aqui o osso de meus ossos e a carne de minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem” (BÍBLIA, 1980, Gn, 2:23). Ambos viveriam no Jardim do Éden, tendo como única proibição o consumo de um fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal.

Na Terceira parte do Gênesis – A Culpa Original, a serpente questiona a mulher sobre a proibição de Deus a respeito do fruto proibido e lhe seduz a comê-lo, e ela assim o faz e oferece o fruto a Adão que também o come. Ao entender que a única proibição que havia feito teria sido rompida, o Criador lança a maldição, primeiramente à serpente: “Porque fizeste isso, serás maldita entre todos os animais domésticos e feras do campo; andarás de rastos sobre o teu ventre e comerás o pó todos os dias de sua vida. Porei ódio entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela. Esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (BÍBLIA, Gn, 3:14-15).

À mulher, Deus jurou: “Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores, teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio” (BÍBLIA, 1980, Gn, 3:16). Em seguida diz ao homem:

Porque ouviste a voz de tua mulher e comeste do fruto da árvore que eu te havia proibido de comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e pó te hás de tornar (BÍBLIA, 1980, Gn, 3:17-19).

Aquele que foi considerado por Deus como a sua mais grandiosa criação, após a expulsão de ambos do Jardim “[...] pôs à sua mulher o nome de Eva”, tendo o homem, Adão nomeado sua mulher (BÍBLIA, 1980, Gn, 3:20).

A partir dessa narrativa, há pelo menos três elementos a serem levantados para a análise do poder do discurso: o primeiro, a ausência da personagem Lilith no texto; o segundo, a voz das figuras masculinas como nomeadoras de todas as coisas, inclusive da mulher; e por fim, a força do discurso divino, masculino, como o construtor do destino de todos, determinando à mulher ser dominada pelo homem.

Sobre o primeiro aspecto, é de grande valia salientar que os textos do livro de Gênesis, na tentativa de adequar a história aos valores morais e culturais, censuram através de uma “pasteurização” a escrita do discurso primário (LARAIA, 1997). Metaforicamente, esse processo consiste em pegar o leite recém ordenhado da vaca, o qual contém

bactérias, secreções e gordura, fervê-lo, procurando eliminar todos estes componentes que são impuros. Assim, pasteurizar alguns trechos do livro da Bíblia seria retirar este conteúdo tido como impuro e indesejável para consumo, mantendo a história a ser contada da maneira “consumível” para os seguidores do cristianismo.

Paiva (1989) informa que a parte em que se descreve a existência de Lilith foi removida e perdida dos velhos testamentos das bíblias judaico-cristãs, para atender a uma versão sacerdotal com necessidade de manter e estabelecer uma moral. Todavia, segundo Laraia (1997), os textos, mesmo após passarem pelo processo de “pasteurização”, não foram inteiramente apagados, permanecendo disponíveis em outros espaços, como na religião Judaica.

Nas bíblias-judaico-cristãs, o Mito da Criação é apresentado com frestas temporais que permitem observar que Eva não foi a primeira personagem feminina criada por Deus. Esta figura feminina foi a segunda a ser criada, não junto a Adão, mas a partir dele. Segundo as análises de Raimundo (2020), a história de Lilith pode ser encontrada em múltiplas tradições antigas, como uma bruxa assassina de crianças conforme a tradição Síria no século VII a.C. (PIRES, 2008 p. 38), bem como em trechos da Bíblia que denunciam a presença de uma companheira de Adão antes de Eva.

Paiva (1989) menciona que no livro de Gênesis (1:26 e 27) há um trecho que diz: “E então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. [...] Deus criou o homem à sua imagem, criou-os à imagem de Deus, criou-os macho e fêmea”. Essa fêmea criada a partir da moldagem do barro seria Lilith, e não Eva. De acordo com Biggs (2010, p. 6), “Lilith teria sido a primeira mulher de Adão, tendo sido criada ao mesmo tempo que o homem. Adão foi criado do pó da terra, enquanto Lilith de sujeira e sedimentos”.

Por ser uma mulher que argumentava e se recusava à posição submissa e sexualmente inferior, Lilith foi compreendida enquanto um fracasso no desenvolvimento de um papel de gênero que já deveria ser secundário para a sociedade desde a criação de Adão, quanto na prática erótica-sexual (SCHMITT, 2016). Porém, “Lilith não se submeteu à dominação masculina. A sua forma de reivindicar igualdade foi a de recusar a forma de relação sexual com o homem por cima. [...] Lilith foi transformada em um demônio feminino” (LARAIA, 1997, p. 155). Ao se rebelar, Lilith foge do Jardim do Éden e vai a caminho do Mar vermelho (BIGGS, 2010, p. 8). Deus envia três anjos para irem atrás de Lilith, para que ela retornasse ao seu marido, mas ela se recusa a voltar, sendo amaldiçoada a parir cem demônios por dia, como penitência.

A fim de reparar o seu erro, e devolver à Adão uma nova companheira, Deus criou Eva. Enfurecida por ter sido trocada por outra mulher, Lilith visita os filhos de Eva ao nascerem, assassinando aqueles que não estão protegidos (LARAIA, 1997). Sicuteri (1986) afirma que em outras versões, no Mito de Adão e Eva, há o retorno de Lilith ao Éden na forma de serpente. Enquanto serpente Lilith se vinga, causando a queda de Adão e Eva (BIGGS, 2010, p.10). Compreende-se dessa interpretação o porquê de a maldição da serpente ser “andar sob seu ventre”, rastejar, demonstrando mais uma vez o ocultamento de Lilith na narrativa e, ao mesmo tempo, reforçando a rivalidade entre as mulheres como fruto da humanidade originária.

Ao analisar as personagens de Lilith e Eva, a autora Paiva (1989), sob apoio do autor Sicuteri (1986), afirma que Lilith é apresentada ao livro de Gênesis já como uma figura estigmatizada, pejorativa assumindo uma figura demoníaca. Porém, a autora apresenta outra perspectiva da história de Lilith. retomando ao momento em que Lilith questiona Adão porquê ela deveria ser dominada por ele, dado que ela também foi feita do pó como ele, colocando os dois numa posição de igualdade (SICUTERI, 1985 apud PAIVA, 1989). Irritado com tal questionamento, Adão a responde de maneira imperativa que ela deve ser submissa ao corpo dele, o que causa irritabilidade em Lilith com tal imposição e assim dá-se início ao conflito. Ao ser abandonado, Adão se sente angustiado, oprimido e que tudo que era bom havia sido estragado.

Não à toa que o Criador fez então “uma auxiliar adequada” (BÍBLIA, 1980, Gn, 2:18). Segundo Kerényi (2015) é notável que a narrativa demonstra que Deus buscou construir uma mulher subalterna e domável, negando a Eva a autonomia, alegoricamente pela escolha de formá-la a partir de um pedaço casto (costela), e sem posição de fala, de voz, nenhuma posição de sujeito, em perfeito assujeitamento:

Quando Deus estava prestes a criar Eva, Ele disse: ‘Eu não a criarei da cabeça do homem, para que não erga sua cabeça numa atitude arrogante; nem do olho, para que não tenha olhos atrevidos; nem da orelha, para que não fique escutando às escondidas; nem do pescoço, para que não seja insolente; nem da boca, para que não seja tagarela; nem do coração, para que não se disponha à inveja; nem da mão, para que não seja intrometida; nem do pé, para que não seja andarilha. Eu a formarei de uma parte casta do corpo’, e, para cada membro e órgão, enquanto o formava, Deus dizia: ‘Seja casto! Seja casto!’ (GINZBERG, 1909, p. 66, apud RAIMUNDO, 2020, p. 31).

De acordo com Paiva (1989), tanto Lilith quanto Eva podem ser entendidas como figuras pejorativas. Tanto Eva, quanto Lilith saíram do paraíso. Eva, impulsionada pelo desejo expansor da existência de saber, do alcance ao conhecimento, violou a norma ao comer do fruto proibido da árvore do conhecimento, e ao corromper Adão oferecendo-lhe o fruto, atribuindo a si o espírito inferior da mulher.

Lilith é demonizada e excluída ao reivindicar igualdade na relação sexual com Adão (PAIVA, 1989). Eva e Lilith são tratadas como duas mulheres que resistiram à submissão, seja pela busca do conhecimento ou por exigir autonomia e os mesmos direitos que o homem. Lilith é o demônio puro, enquanto Eva é a porta da impureza que culminou na sua expulsão do paraíso (PAIVA, 1989). Deus, como uma figura que procura zelar pelo seu povo e sua criação, puniu Adão e Eva, banindo-os do Paraíso ao comerem do fruto proibido. Lilith, por outro lado, rompeu não apenas com a norma que lhe foi imposta previamente, mas rompeu também com o papel social que teria em desempenhar se submetendo a Adão, sendo punida e transformada na pior figura presente na Bíblia, um demônio.

“ANTES DO VERBO ERA O SILÊNCIO”: O DISCURSO COMO CONSTITUTIVO DAS RELAÇÕES DE PODER

Bernardes et al. (1998, p. 58) ao falar sobre a relação entre indivíduo, sociedade e cultura, argumenta que “[...] para compreender o ser humano, além de estudar seu corpo

e sua origem animal, é necessário pesquisar, principalmente, como ele se constitui em um contexto sociocultural”. Isso porque o ser humano é produto de um longo processo sócio-histórico no qual é inserido ao entrar em contato com a realidade. Esta realidade por sua vez, é constituída por valores culturais, crenças e costumes que vão moldando a atividade humana. Portanto, não há como falar sobre indivíduo sem estar atento ao contexto social e a moralidade que o rodeia, pois essa relação é sempre uma dialética entre sujeito e sociedade, e através de gerações a atividade cultural foi e continua se fazendo.

Paiva (1989) menciona que as expressões sociais simbólicas, são constituídas a partir da história e da cultura. Os elementos como: rituais, religiões, contos de fadas, ideologias e os mitos, são fontes de imagens e símbolos que compõem representações e ações no âmbito social. De acordo com Bourdieu (1998), a religião é um sistema estruturado, cuja disposição corresponde à organização social na qual o sujeito está inserido. É também, graças ao seu efeito de consagração ou de legitimação de diferentes situações, “[...] um sistema de símbolos estruturantes, e por esse motivo ela delimita o campo do que pode ser discutido em oposição ao que está fora de discussão” (BOURDIEU, 1998). Os símbolos, garantidores de atribuir sentidos e significados, nomeiam e apresentam as diferenças no campo social. Estes elementos, também constituintes do imaginário social, hierarquizam e atribuem diferentes poderes presentes na tradição judaico cristã.

Azevedo (2002) afirma que a religião, do modo como a população a entende, é ainda uma grande força de integração. E o povo realmente experimenta a necessidade de uma vida interior, espiritual, religiosa, que procura satisfazer, criando com elementos do dogma e da liturgia católica, sua própria religião, ou aderindo às religiões que lhe propõem como substitutivos. Pode-se dizer que as narrativas judaico-cristãs contribuem então para a formação da organização social, na qual quem é inserido na cultura presente de seus mitos acaba persuadido na produção e reprodução dos valores morais que esses carregam.

A partir destes elementos, o Mito da Criação produz sentido e se desenvolve simbolicamente, na formação da identidade das pessoas. Contudo, nem todo símbolo constitui, estrutura e amplia a consciência. Ela depende de um contexto histórico e cultural de um coletivo, que inclusive implica em padrões e valores subjacentes. Para uma pessoa religiosa que professa qualquer religião, ou não, a “Lei do Deus-Pai Todo-Poderoso”, presente na tradição judaico-cristã, hierarquiza, ordena e faz a mediação na experiência do sujeito (PAIVA, 1989).

Lane (1981) aponta que algumas instituições adotam normas rígidas consideradas imperdoáveis se desobedecidas e passíveis de punição. As normas religiosas cristãs não se diferem muito, são algumas vezes rígidas em suas propostas punições, e outras vezes garantem que a punição advinda dessa autoridade seja dada como uma forma de cuidado e que seria privilegiado aquele que sofre punições de uma autoridade que é tão contemplada e poderosa como Deus. Como é apresentado no trecho “Eis que bem-aventurado é o homem a quem Deus castiga” (BÍBLIA, 1980, Jó, 5:17). A repreensão com normas muitas vezes rígidas da figura divina onipresente, é entendida, aceita e imposta com a ideia de que aquela punição seria o mais justo para corrigir a má conduta de um

indivíduo diante das normas pré-estabelecidas de moral e comportamento presentes na instituição religiosa.

A partir disso, é elucidado que, por meio da linguagem e, portanto, também atravessados pelo mito, as pessoas que têm os discursos bíblicos como norteadores de suas existências institucionalizam os valores associados ao feminino e ao masculino pautadas na submissão das mulheres aos homens e de todos os seres à figura (masculina) de Deus. Dessa forma, levando em consideração a dominação política religiosa de manter os corpos organizados entre poder e submissão, Lane (1981, p. 30) sobre relações sociais, diz que “é uma forma necessária para que exista a reprodução e perpetuação das condições materiais de vida em sociedade, onde uns poucos dominam e muitos são dominados”.

Pode-se dizer, a partir de Lane (1981), que existem teorias cujos papéis sociais são postos e compreendidos em graus máximos e mínimos, possibilitando variações. Esses papéis são apresentados no Mito da Criação com a subordinação da mulher em relação ao homem, e o papel de submissos a punições advindas de uma figura masculina onipresente que pune e zela para o bem de um povo, mantendo relações de poder e papéis sociais pré-estabelecidos. Lane (1981) cita que, em relação aos papéis sociais, pode-se fazer todas as variações que se quiser, desde que as relações sejam mantidas, isto é, aquelas características do papel que são essenciais para que a sociedade se mantenha de tal e qual maneira, na qual foi previamente organizada. O Mito da Criação se faz presente contribuindo para representação de uma sociedade dividida entre homens e mulheres, atribuindo valores respectivamente divergentes ao masculino e ao feminino.

Foucault (1996) mostra como o discurso se organiza nas sociedades e a maneira como sua proliferação vai exercendo uma função de controle. Por ser construtor da realidade, o discurso vai permitir com que a sociedade, para exercer suas práticas, se espelhe nas narrativas que estão legitimadas:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8).

Sob a ótica de Foucault (1996), é possível perceber a maneira em que o discurso produz uma ordem e como ele é constitutivo das relações de poder, pois quem domina o discurso domina a maneira em que ele vai se proliferando, o que é dito e o que é silenciado, a quem se diz e como se diz. “Bíblia: a palavra de Deus” remete a figura do masculino criador de todas as coisas. A fala de Deus possui forte presença no Mito pois, ao falar, tudo se cria. Em “o verbo estava com Deus e era Deus” (BÍBLIA, 1980, Jó 1:1), o “verbo” pode ser traduzido em “palavra”, e ela se remete a figura de Deus, onde Deus acaba por ser a palavra, sendo assim, onipresente. Assim, através do poder do discurso, tal qual a ótica de Foucault (1996), é representada por meio da palavra a materialidade daquilo que se nomeia. Portanto Deus, através de sua vontade e de suas palavras, gera e materializa tudo o que existe, inclusive o homem e a mulher, e a partir do poder e da força desse discurso

apresentado pela narrativa se revela como este fomenta a materialização das relações entre gêneros e papéis de gêneros. Dessa forma, o perigo reside na compreensão de que quem domina o discurso pode controlar outros mecanismos de poder (FOUCAULT, 1996)

O controle efetivado por meio do discurso, pode, então, ser observado principalmente na omissão de Lilith no Mito da Criação, de tal forma que a retirada da primeira figura feminina dos textos possa servir para invalidar um referencial de autonomia feminina. Quando apresenta os procedimentos externos da organização do discurso, Foucault (1996) também menciona sobre a interdição do tabu. Ao instaurar-se um tabu, limita-se o que pode ser dito e o que pode não ser representado, ao passo que em Lilith foi e permanece sendo a representação de um tabu cultural. Quando práticas não são representadas, logo são invalidadas. Foucault (1996) também classifica o discurso que não é dito como uma possibilidade de não tornar existente o que deixou de ser nomeado.

A “pasteurização” do discurso primário do Gênesis, a fim de contar a história de maneira “consumível” aponta para o sexismo, pois sustentou que a origem da mulher foi feita para a satisfação do homem de tal maneira que uma figura que recusa essa submissão é ocultada da narrativa. Ainda, ao chamar o Mito da Criação de Mito de Adão e Eva, como popularmente é conhecido, resulta na reprodução do sexismo pois desconsidera a existência de Lilith, a personagem que foi criada como uma igual ao homem e exigiu ser tratada como tal, o que reforça os contrastes das diferenças de gênero no âmbito da dominação.

Outro mecanismo de articulação do discurso se caracteriza pela autoridade, onde este procedimento define quem pode dizer e quem pode transmitir algo (FOUCAULT, 1996). Diante disso, é proveitoso destacar as representações do masculino no Mito, como entidades que possuem o direito privilegiado de falar, nomear e criar e, por consequência, construir a realidade patriarcal e sexista. Esta articulação do discurso organiza quem tem direitos e quem não tem direitos e, por conta dessa separação, os discursos passam a ser validados para funcionar e ter espaço nas sociedades (FOUCAULT, 1996).

A Bíblia é o documento conhecido mundialmente por carregar a palavra de Deus. Portanto, essa narrativa é conhecida pelos que a seguem com aquela que contém a verdade absoluta sobre tudo o que existe e assim, a criação do mundo é apresentada como algo de cunho metafísico e de ordem “natural”.

Para Foucault (1996), quem domina o discurso provém de uma posição de poder suficiente para concretizar e tornar real qualquer ideologia. Ao apresentar no Mito que a mulher foi feita para se casar com o homem e a ele se submeter, é demarcado que a relação heterossexual é uma construção de Deus e de que as mulheres devem ser dominadas pelos homens, portanto, uma ordem natural (BOURDIEU, 2010). Além de naturalizar, a narrativa diviniza a relação heterossexual, onde homens determinam, nomeiam e conduzem a realidade e as mulheres se submetem sem questionamentos. Tal narrativa, sustentada também por outras que a seguem no livro católico, se tornam base de fundamentação para a rejeição e mesmo a demonização de outras práticas que não coadunam com esse modelo. Se configura aí o heterossexismo por meio da narrativa.

Para Foucault, “o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos [...] é isto um dispositivo: estratégias de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2016, p. 364). Assim, segundo Foucault (1988), se o discurso legitima, materializa, institui e determina o que deve ou não ser feito, dito, representado, expressado na dimensão da sexualidade, o heterossexismo, um dispositivo de poder determinista, impõe uma soberania subjetiva em que a heterossexualidade se sobressai e impera sobre as demais formas de expressão da sexualidade.

Assim, o discurso vai se organizando e objetivando o que era antes simbólico em real, em decorrência disso, constituindo as identidades, e consequentemente, as identidades de gênero e identidades sexuais e suas normatizações.

“E O VERBO SE FEZ CARNE, E HABITOU ENTRE NÓS”: A OBJETIVAÇÃO DO DISCURSO

A compreensão da diferença entre os gêneros é apresentada como um fenômeno socialmente construído (BEAUVOIR, 1960). Bourdieu (2010), aponta que a organização patriarcal como binária se sustenta por meio de oposições, como positivo e negativo, respectivamente associados ao masculino e feminino. Deste modo, a masculinidade, através de símbolos, é associada à totalidade, grandeza e a nobreza, restando à mulher as posições de faltante, inferior e validada como não homem, como não sujeito, assim, objetificada (CHAUI, 2011). Para Bourdieu (2010), a dominação masculina é uma violência simbólica que está presente nas estruturas de pensamento e, portanto, se manifesta de maneira imperceptível, com símbolos tão enraizados socialmente que passam a mensagem de estarem naturalizados, resultando nas desigualdades de gênero, caracterizado como patriarcado.

Bourdieu (2010) aborda a dimensão simbólica da dominação masculina ao associá-la à exploração e violência que são cometidas contra as mulheres. Para Welzer-Lang (2001) homens e mulheres não percebem da mesma maneira diferentes fenômenos que são designados pelas mesmas palavras e significados. Por conta dessa atribuição de mundo assimétrica, esta organização atribui o mesmo significado simbólico da nobreza ao masculino/o homem e, funções de menor prestígio e valor ao feminino/a mulher. Beauvoir (1960) e Scott (1995) também compreendem que se reserva ao gênero feminino uma posição secundária, com o dever de realizar atividades direcionadas ao cuidado, enquanto aos homens são construídos socialmente para ocuparem espaços de liderança e poder, remetendo também à violência simbólica sustentadora das demais formas de violência de gênero. Como consequência, os efeitos dessa divisão de mundo se revelam através das violências de gênero, sejam elas no âmbito público ou no privado, e sustentam e preservam os poderes atribuídos coletiva e individualmente aos homens às custas das mulheres (WELZER-LANG, 2001, p. 8).

As narrativas patriarcais, portanto, sustentam a divisão dos gêneros de uma perspectiva hierarquizada, corroborando para a sustentação da dominação masculina como algo

da natureza humana, processo este que resulta no sexismo e no heterossexismo. Compreende-se o primeiro como uma forma hostil ao considerar as mulheres inferiores aos homens, assumindo formas sutis de discriminação às mulheres, como delegá-las somente as funções doméstica e maternal, de maneira a refletir antipatia e rejeição a figura de poder e decisão (FORMIGA, 2007). E o segundo, como uma institucionalização de que a heterossexualidade é uma norma instituída socialmente na esfera política, jurídica e econômica e social, incorporada na cultura, sustentada e manifestada nos discursos habituais dos sujeitos (PEREIRA; SOUZA, 2013):

Essa naturalização do heterossexual reifica a ideia de que qualquer comportamento que fuja do padrão heterossexual acaba provocando uma problematização sobre o próprio modelo, devendo ser coibido, pois põe em risco a harmonia dos papéis sociais definidos em função de gênero e, conseqüentemente, coloca em perigo toda sociedade. (PEREIRA; SOUZA, 2013, p. 103)

Welzer-Lang (2001, p. 3) faz críticas a essa concepção de mundo e também sustenta que a dominação sempre é “[...]apresentada como algo obvio, como um fenômeno natural, integrado de algum modo à divisão social e hierárquica por sexo [...]”. Com base nisso, é possível articular como o Mito de Criação apoia-se através do discurso da naturalização, a partir do surgimento do homem e da mulher, onde inicialmente existiu o masculino nomeador de todas as coisas e o feminino, que foi nomeado e estigmatizado. O Mito também marca o surgimento da mulher como uma auxiliar que deve ser apropriada ao homem, esposa e submissa, dando apoio a crença heterossexista em que a mulher foi feita para se juntar ao homem, legitimando esse formato, o único que socialmente merece validação.

O heterossexismo, além de superiorizar a heterossexualidade, coage a um padrão único, o modelo político de gestão de corpos e desejos. Conseqüentemente, os homens necessitam sustentar a posição de seres ativos e, àqueles que adotam práticas não-heterocentradas são estigmatizados, e imediatamente associados ao passivo: “O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal” (WELZER-LANG, 2001, p.11). Dessa forma, a masculinidade passa a ser legitimada como a negação de toda feminilidade, mas não apenas a negação, mas sua depreciação, e a subordinação e opressão de todos que carregam sua marca seja no nível da corporalidade, seja nas expressões da subjetividade (mulheres cis ou trans, homossexuais, homens trans, intersexos e todos que podem entrar na categoria de estranhos – *queer* – à cisheteronormatividade).

Diante do exposto, o Mito da Criação deve ser entendido e interpretado como uma trama que correspondia aos valores morais da época (patriarcal e misógina), e que se mantêm como forças organizadoras da vida humana até os dias atuais, assim, como uma das linhas de sustentação de violências diversas como o feminicídio, a homofobia, a transfobia, e as violências institucionais e estruturais em diferentes dimensões sociais – vida doméstica, mundo do trabalho, economia, política, mídia e cultura. Cabe,

portanto, uma possibilidade de ressignificação do conto, ao passo que no século XXI, atravessados culturalmente por revoluções feministas e pela teologia feminista (NUNES, 2006, 2017), uma releitura pode ser realizada para transcender o dado normativo e permitir novas interpretações da narrativa.

A partir de uma leitura feminista, Lilith poderia assumir o papel de um primeiro posicionamento feminista da história do mundo, sendo referencial de uma mulher que questiona e não se adequa para a satisfação do outro, objetificada e assujeitada; Eva merece o espaço da representação da mulher que tem o desejo do conhecimento e assim o faz para obtê-lo, colocando-se na posição de sujeito de saber, portanto de poder; Adão como a representação do masculino que nomeia todas as coisas e criador da divisão sexual, portanto aquele que constrói a realidade patriarcal e sexista; e Deus, que é narrado como figura masculina, pode ser relido como figura ambígua, a partir da retomada de Gênesis (1:26 e 27): “Deus criou o homem à sua imagem, criou-os à imagem de Deus, criou-os macho e fêmea”. Se a primeira parte do versículo é a considerada na concepção de Deus como masculino (o homem à sua imagem), e segunda parte já apresenta um plural (criou-os), trazendo a marca da ambiguidade (macho e fêmea). “É precisamente para que o homem se assemelhasse a Deus que foi criado macho e fêmea ao mesmo tempo” (SICUTERI, 1986, p. 14). Traça-se então interpretações que podem levar a entender tanto Deus como o homem (talvez na compreensão de humano) como macho e fêmea, masculino e feminino.

Essa sugestão de uma releitura dos valores das personagens do Mito é utópica. Falar sobre os direitos das mulheres, discursos religiosos e da dominação masculina, ainda é um grande tabu e são temas enfrentados com grandes resistências culturalmente, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

A linguagem exclusiva e literal em relação a Deus, designado como masculino, do ponto de vista sociológico funciona como ideologia, na medida em que ajuda a manter sistemas sexistas e heterossexistas. Do ponto de vista teológico, apresenta-se um duplo efeito negativo: restringe o mistério Divino e oculta a realidade teônoma da mulher, igualmente capaz de simbolizar a Divindade. A representação do Divino, quando usada de forma que seu caráter simbólico e evocativo se perca de vista, participa da natureza de um ídolo. A imagem abrangente, em vez de desvendar o mistério, é confundida com a realidade (JOHNSON, 1995, p. 64).

Tanto a crítica às instituições religiosas, sobretudo neste trabalho, quanto a crítica a uma parcela do discurso cristão, consiste na sustentação de narrativas que apresentam a inferioridade da mulher em relação ao homem. O que faz com que os indivíduos sejam posicionados em papéis específicos e ao mesmo tempo sofrer as punições caso não cumpram com esses papéis. O ordenamento social e religioso baseado na distinção entre os sexos, sustentado por tantos outros discursos (médicos, filosóficos, biológicos, econômicos, políticos, jurídicos, entre outros) que compõem o dispositivo da sexualidade, levaram em conta apenas o fator biológico, natural (como a “natureza das coisas”), ou divinizado como uma essência dos corpos sexuados, reduzindo as mulheres em papéis domésticos e reforçando sobretudo a reprodução de um modelo de dominação masculina

(BOURDIEU, 1998), como a figura de Deus e Adão, presentes no Mito da Criação como figuras superiores e dominantes das figuras femininas ali citadas.

Entendendo a Igreja enquanto detentora de um grande poder de coesão das organizações sociais, conclui-se o quanto um corpo pode se tornar submisso no território subjetivo e objetivo da doutrina. Narrativas hegemônicas cristãs, como as sustentadas a respeito do Mito da Criação, que perpassam os anos, contribuem para a sustentação de valores sexistas e heterossexistas, uma vez que mantém a diferença sexual e a desigualdade de gênero, sendo fundamento para formas diversas de violência, portanto limitadoras da vida e da consciência e da liberdade responsável (CHAUI, 2011).

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou apresentar como o Mito da Criação, presente na cultura brasileira, contribui com a produção e reprodução de valores sexistas e heterossexistas. A narrativa do Mito precisou adaptar-se aos valores morais e culturais omitindo a presença marcante da figura transgressora das normas de gênero, sustentadora desses valores, Lilith.

O Mito da Criação, por meio da apresentação de determinados papéis desempenhados por Adão, Eva e Lilith, sustenta uma ideologia (de gênero) na qual estes papéis são naturais e se orientam “segundo a vontade de Deus” assim como determinam também, as identidades de gênero legitimadas e valorizadas pelos coletivos que se orientam alienadamente por essa narrativa. A superioridade do homem masculino, representado por Adão e Deus sobre as figuras femininas presentes no Mito, influenciam diretamente a construção de um imaginário social pautado na dominação masculina, sustentado por uma lógica patriarcal enraizada nos pilares da sociedade. Pode-se compreender assim, que a narrativa do mito constitui o dispositivo da sexualidade, favorecendo a produção de desigualdades de gênero, bem como valida somente a relação heterossexual enquanto união concebida por Deus, o ser supremo do cristianismo.

Desse modo, como propõem os estudos de gênero, sustenta-se a necessidade de rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária de gênero e submeter nossas convicções levando em conta o contexto, a historicidade das relações, deslocando discursivamente as hierarquias, em vez de naturaliza-las ou mesmo, diviniza-las.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. O. G. **O catolicismo no Brasil: um campo para pesquisa social**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/464>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BERNARDES, N. et al. **Psicologia Social Contemporânea**. 21 ed. São Paulo: Editora Vozes, 1998.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, Edição Ecumênica, 1980.

BIGGS, Mark Wayne. **The Case for Lilith: 23 Biblical Evidences Identifying the Serpent as Adam's First Failed Wife in Genesis**. [Sem cidade]: Samson Books, 2010 (tradução nossa).

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1998.

_____. **A dominação masculina**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Uma ideologia perversa**. Folha Online - Brasil 500. 14/03/1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc__1__4.htm>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FORMIGA, Nilton S. Valores humanos e sexismo ambivalente. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19 - n. 2, p. 381-396, Jul./Dez. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/7QTKGNvcmNqXsfqV8d4XPqG/?lang=pt>>. Acesso em: 22 de out. 2021

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

_____. **A Ordem do Discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do Poder**. (Organização de Roberto Machado), 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

JOHNSON, Elizabeth. **Aquela que é, o mistério de Deus no trabalho teológico feminino**. Petrópolis: Vozes, 1995.

KERÉNYI, K. **A mitologia dos gregos**. Vol. I: A história dos deuses e dos homens. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

LANE, Silvia. **O que é psicologia social**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LARAIA, Roque de Barros. Jardim do Éden revisitado. **Revista de Antropologia, São Paulo, USP**, v. 40 nº1. pp. 149-164, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-7011997000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LEMOS, Carolina Teles. Religião e Patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, v.11, n.2, pp. 201-217, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2795/1709>> Acesso em: 17 fev. 2021.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, n. 21, pp. 150-182, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpnCrJvDn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 27 out. 2021.

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes; SOUZA, Eloisio Moulin. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 14, n. 4, pp. 76-105, São Paulo, SP. Jul./Ago, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ram/a/7JPZNfcRbYkQVcnxQZ88KHs/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

PAIVA, V. Evas, **Marias, Lilith**: as voltas do feminino. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PIRES, Valéria. **Lilith e Eva**: Imagens arquetípicas da mulher na atualidade. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

RAIMUNDO, Jardel. **O sombrio e o luminoso em Lilith**: uma análise da face psicorreligiosa do eterno divino feminino em Caim, romance de José Saramago. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras), João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17586?locale=pt_BR>. Acesso em: 12 de mar. 2021.

NUNES, Maria José Fontelas Rosado. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, pp. 294-304, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/ZZ7mhVDBZCMGLmnDMpBMhNS/?lang=pt>>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. Feminismo, Gênero e Religião – Os desafios de um encontro possível. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 2, pp. 65-76, maio-ago, 2017. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/7556>>. Acesso em: 16 out. 2021.

SCHMITT, Gustavo. O mito de Lilith: entre deuses e demônios. **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: EST, v. 4, pp.453-460, 2016. Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/635/372>>. Acesso em: 27 mai. 2021

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2021.

SICUTERI, R. **Lilith**. A lua negra. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

WELZER-LANG, D. W. A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/?lang=pt&format=html>> Acesso em: 22 nov. 2021.